



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS  
**CONSELHO NACIONAL DE COMBATE A DISCRIMINAÇÃO E PROMOÇÃO DOS  
DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS –  
CNCNCD/LGBT**

**1º ASSEMBLEIA ORDINÁRIA**

**DIAS 29 E 30 DE DEZEMBRO DE 2011**

**MINUTA DA ATA**

1 Nos dias 29 e 30 de março de 2011, no Auditório do 8º andar do Edifício Parque Cidade  
2 Corporate, Torre A, Setor Comercial Sul B, Quadra 9, em Brasília/DF, Sede da Secretaria de  
3 Direitos Humanos/SDH, em Brasília/DF, foi dado início à Primeira Assembléia Ordinária do  
4 Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays,  
5 Bissexuais, Travestis e Transexuais – CNCNCD/LGBT, sob a Presidência do Secretário  
6 Executivo do Conselho, o Sr. Igo Martini (SDH). Presentes os Conselheiros: Representantes  
7 de **Órgãos Governamentais**: Kátia Maria Barreto Souto e Ana Gabriela Sena (suplente) –  
8 Ministério da Saúde; Francisco Antonio Brito – Ministério do Desenvolvimento Social;  
9 Fernanda Maciel – Ministério do Turismo; Ivanildo Franzosi – Casa Civil da Presidência da  
10 República; Maria do Rosário Cardoso – Ministério do Planejamento; Ricardo Allan  
11 Rodrigues – Ministério da Educação; Rose Mary Oliveira – Ministério da Previdência Social;  
12 Luciana Mandelli – Secretaria Especial para Mulheres; Marcelo Veiga e Carlos Hugo Suarez  
13 Sampaio (suplente) – Ministério da Justiça; Bruna Vieira de Paula – Ministério das Relações  
14 Exteriores; Sérgio de Sepulveda e Angela Cristina Casal Regano (Suplente) – Ministério do  
15 Trabalho e Emprego; Ramaís de Castro Silveira e Lidiane Gonçalves (Suplente) – Secretaria  
16 de Direitos Humanos. Representantes de **Órgãos Não-Governamentais**: Leandro Colling –  
17 ABEH; Toni Reis – ABGLT; Irina Bacci – ABL; Jovanna Baby – ANTRA; Chopelly  
18 Glaudstone – ANTRA; Marcos Freire – CUT; José Carlos Prado – CNTE; Marinalva Santa –  
19 LBL; Janaina Oliveira – Rede Negros/Negras LGBT; Yone Lindgreen – ABGLT; Keila  
20 Simpson – ABGLT; Lohren Beauty – Grupo E-jovem; Vinicius Alves (Suplente) – ABGLT;

21 Eliane Vieira de Macena – ABL; Vanessa Leite – CLAM/UERJ. Foram comunicadas as  
22 ausências de representantes do Grupo E-Jovem, no primeiro dia de reunião, da AJUFE  
23 (Associação dos Juizes Federais do Brasil) e SEPPIR (Secretaria de Políticas de Promoção da  
24 Igualdade Racial da Presidência da República). **Abertura:** O Secretário Executivo do  
25 CNCD/LGBT, Igo Martini (SDH), abriu a reunião cumprimentando e agradecendo a presença  
26 de todos e todas. Solicitou breve apresentação das conselheiras e dos conselheiros. Após as  
27 apresentações, agradeceu ao Ministério da Saúde por ter disponibilizado o sistema de  
28 transmissão online e informou que a assembléia era transmitida em tempo real pelo site  
29 [www.aids.gov.br/mediacenter](http://www.aids.gov.br/mediacenter). Questionou os membros da Secretaria Executiva do Conselho  
30 se já havia quórum para dar início, o que foi confirmado com a presença de 21 conselheiros.  
31 Na sequência declarou aberta a primeira Reunião Ordinária do CNCD/LGBT. Foi realizada a  
32 leitura da Pauta: 1) Abertura da Sessão, Posse e Apresentações: 1.1) Abertura; 1.2) Posse e  
33 Apresentação das Conselheiras e dos Conselheiros; 1.3) Eleição do (a) Presidente e Vice; 1.4)  
34 Formação do Grupo de Trabalho “Regimento Interno”; 1.5) Formação da representação nas  
35 Câmaras Técnicas; 2) Deliberações e Apresentações: 2.1) II Conferência Nacional LGBT;  
36 3.2) Projeto “Escola sem Homofobia”; 3.3) Apresentação do Plano de Trabalho do  
37 CNCD/LGBT; 3.4) Apresentação do Planejamento e Orçamento da CGLGBT; 3.5) Disque  
38 Direitos Humanos – Módulo LGBT e campanha “Faça do Brasil um Território Livre da  
39 Homofobia”; 3.6) Demandas legislativas e judiciárias; 3) Informes e Assuntos Gerais. O  
40 Secretário-Executivo do CNCD/LGBT, Igo Martini (SDH), questionou ao Plenário do  
41 Conselho se o item 1.2, que trata da solenidade de posse dos Conselheiros, poderia ser  
42 transferido para o período da tarde, uma vez que haverá a presença da Ministra-Chefe da  
43 SDH, Maria do Rosário, havendo concordância do Plenário. Após a leitura da pauta, foi  
44 aberta a fala aos membros do Conselho para sugestões de inclusão e alteração da pauta. A  
45 Conselheira Marinalva Santana (LBL) elogiou a SDH pela iniciativa de selecionar entidades  
46 da sociedade civil por meio de edital público, inclusive contrariando o Decreto que previa que  
47 a primeira composição do colegiado seria uma escolha da Ministra. Porém solicitou o registro  
48 em ata que a LBL ao analisar os critérios instituídos pela Portaria que convoca as entidades  
49 para se inscreverem e se habilitarem se sentiu prejudicada na representação, ficando restrita a  
50 apenas uma vaga. A expectativa da LBL era que ficasse com, pelo menos, duas vagas. Em  
51 seguida questionou a composição atual do Conselho, destacando que ainda faltaria uma vaga  
52 destinada a sociedade civil e que isso contrariava o princípio da paridade que está previsto no  
53 Artigo 3º do decreto que institui o conselho. Sendo assim a Conselheira pleiteou que seja  
54 revisto esse processo e que a outra vaga que está em aberto seja preenchida pela LBL. O  
55 Conselheiro Toni Reis (ABGLT) parabenizou o governo Dilma e a Ministra Maria do Rosário  
56 pela forma como conduziram o processo de composição do CNCD/LGBT e informou que

57 ABGLT também se sentiu prejudicada pela sua representatividade no Conselho. E solicitou a  
58 inclusão na pauta o debate sobre o funcionamento dos Grupos de Trabalho vigentes nos  
59 Ministérios, com destaque para o do Ministério do Trabalho. O Secretário Executivo do  
60 Conselho informou que o tema proposto poderá ser incluído na pauta durante a discussão das  
61 Câmaras Técnicas e na pauta já esta previsto um momento específico para informes. O  
62 Deputado Federal Jean Willys (Coordenador da Frente Parlamentar Mista Pela Cidadania  
63 LGBT no Congresso Nacional) solicitou que se antecipe a pauta das demandas legislativas  
64 para o período da manhã, por motivos de agenda no Congresso Nacional, o que foi acatado  
65 pelo Plenário. O Conselheiro Toni Reis (ABGLT) solicitou que o Plenário discutisse sobre as  
66 atitudes do deputado federal Jair Bolsonaro, posicionando-se por meio de uma Moção. O  
67 Conselheiro Ramaís de Castro (SDH) destacou a iniciativa da SDH em realizar um edital de  
68 seleção para a indicação das entidades da sociedade civil e que essa iniciativa partiu da  
69 Ministra da SDH. Destacou também que foi incluído a Associação dos Juízes Federais do  
70 Brasil para ocupação da vaga vacante. Informou que o Conselho funcionará nesse mandato  
71 com essa composição e que, no futuro, haverá maior debate sobre para a próxima formação do  
72 CNCD/LGBT. A Conselheira Marinalva Ribeiro (LBL) concordou com a presença da  
73 Associação dos Juízes Federais, mas ressaltou que a vaga vacante seria para instituições da  
74 sociedade civil de promoção dos direitos de LGBT, conforme previsto no Edital de Seleção, o  
75 que não é o caso da AJUFE. O Conselheiro Ramaís de Castro (SDH) consultou o Plenário se  
76 colocasse o tema da distribuição das vagas na pauta dessa reunião. Após contribuições dos  
77 Conselheiros e Conselheiras e votação, decidiu-se que esse tema foi vencido e não se faz  
78 necessário entrar na pauta. O Conselheiro Ramaís de Castro (SDH) informou que será  
79 realizada correção da portaria da seleção pública referente à distribuição das vagas, para  
80 adequar que a vaga vacante seja destinada a AJUFE. A Conselheira Irina Bacci (ABL)  
81 destacou a importância da presença do Dr. Roger Raupp Rios, representante da AJUFE, na  
82 composição do CNCD/LGBT. O Conselheiro Ramaís de Castro (SDH) propôs a publicação  
83 de uma portaria corrigindo o vício jurídico presente. O Secretário Executivo Igo Martini  
84 (SDH) colocou a proposta do Secretário em votação. O Plenário aprovou a proposta do  
85 Conselheiro Ramaís de Castro (SDH), dando por encerrado a discussão desse tema. **Eleição**  
86 **da Presidência e Vice-Presidência do CNCD/LGBT.** O Secretário Executivo Igo Martini  
87 (SDH) explicou aos Conselheiros e Conselheiras a proposta da Secretaria Executiva para o  
88 processo de eleição. A Conselheira Irina Bacci (ABL) fez proposta que o processo fosse feito  
89 em votação aberta, acompanhada pelos Conselheiros Carlos Alvez (CMP) e Marcos Freire  
90 (CUT). O Secretário Executivo informou que a SDH concorda com que a eleição seja feita de  
91 forma aberta. Todo o Plenário foi favorável à votação aberta. O Secretário Executivo Igo  
92 Martini (SDH) destacou que, conforme o Decreto 7.388/2010, a indicação para a primeira

93 presidência do CNCD/LGBT será por representante do Poder Público e indicou a candidatura  
94 do Conselheiro Ramaís de Castro Silveira. A Conselheira Irina Bacci (ABL), declarou que  
95 gostaria de propor seu nome para a Vice Presidência, uma vez que será uma pessoa do gênero  
96 masculino na Presidência, para haver a paridade de gênero. O Conselheiro Toni Reis  
97 (ABGLT) defendeu a candidatura da Conselheira Irina Bacci (ABL). O Secretário Executivo  
98 Igo Martini (SDH) consultou o Plenário sobre a indicação do Conselheiro Ramaís de Castro  
99 Silveira (SDH) como Presidente e da Conselheira Irina Bacci (ABL) como Vice-Presidenta. O  
100 Plenário foi unanimemente favorável. O Secretário Executivo Igo Martini (SDH) passou  
101 imediatamente a Presidência da Reunião Ordinária ao Conselheiro Ramaís Silveira (SDH).  
102 Após as falas da Vice Presidenta Irina Bacci (ABL) e do Presidente Ramaís de Castro (SDH),  
103 passou-se ao item das demandas legislativas. **Demandas Legislativas.** O debate teve início  
104 com as falas dos Conselheiros e das Conselheiras. O Conselheiro Carlos Alves (CMP),  
105 destacou o avanço das violações e ataques violentos contra homossexuais e defendeu a  
106 importância do PLC 122/2006 e do Projeto de União Estável. O Conselheiro Toni Reis  
107 (ABGLT) sugeriu que os parlamentares ajudem no descontigenciamento das emendas  
108 parlamentares e na elaboração de um PPA mais favorável as causas LGBT. O Conselheiro  
109 suplente Julian Rodrigues (ABGLT) fez uma breve análise do ambiente político no Congresso  
110 Nacional e defendeu que de forma simultânea se dê prioridade e concentre esforços pela  
111 aprovação do PLC 122/2006 no Senado, pela aprovação da União Estável tanto no Senado  
112 como na Câmara e pela construção da proposta de emenda constitucional do casamento civil,  
113 observando as dificuldades que estão inseridas as propostas de emendas constitucionais,  
114 independente do seu conteúdo. Reforçou ainda a importância de retomada o debate em torno  
115 da tramitação do projeto de lei que altera o prenome das pessoas transexuais que está no  
116 Senado. A Conselheira Marinalva Ribeiro (LBL) destacou que a aprovação dos projetos de lei  
117 é muito importante, mas conseguir pautar o tema e o amadurecer na sociedade é quase tão  
118 importante. Destacou ainda que a LBL apresentará projeto de lei que altere a lei de licitações  
119 para incluir o impedimento da participação de empresas que sejam homofóbicas. O  
120 Conselheiro Leandro Colling (ABEH) defendeu que não se tenha uma pauta única no  
121 legislativo, mas sim um conjunto de pautas prioritárias. Destacou ainda que é importante que  
122 a Presidência da República também priorize a aprovação das leis pró-LGBT e que incentive o  
123 fortalecimento da pauta no Congresso, assim como foi feito em outros países. O Conselheiro  
124 Marcos Freire (CUT) informou que há diversas demandas nos sindicatos de trabalhadores que  
125 não conseguem emprego ou ascensão profissional em decorrência de ser LGBT, lembrando  
126 que as travestis e transexuais estão quase que na totalidade fora do mercado de trabalho. O  
127 Convidado Deputado Federal Jean Wyllys (Frente Parlamentar LGBT) destacou que todas  
128 essas pautas levantadas serão levadas aos parlamentares da Frente Parlamentar. Fez um

129 panorama sobre o PLC 122/2006, que não criminaliza a homofobia, mas o torna equivalente  
130 ao racismo e ressalta que para se criminalizar a homofobia seu gabinete está elaborando um  
131 projeto de lei, no qual incluirá a homofobia como um agravante penal, do Código Penal  
132 vigente. Ressalta também ser a favor da inclusão da pauta LGBT na luta pela reforma agrária  
133 e pela legalização da união estável, uma vez que essa ação será somente efetiva se for  
134 proposta uma PEC que altere a Constituição, reconhecendo o casamento civil entre casais do  
135 mesmo sexo. Destacou a importância do acompanhamento das questões orçamentárias no  
136 Congresso e por isso levará as questões levantadas tanto para a Frente Parlamentar como para  
137 a Comissão de Orçamento, da qual faz parte. A Conselheira Luciana Mandelli (SPM)  
138 destacou que a criminalização da homofobia trata-se de uma questão central e informou de  
139 uma lei, em trâmite, voltada para a equidade do trabalho. O Conselheiro Zezinho Prado  
140 (CNTE) destacou que ao passo que diversos programas do executivo avançam, o Brasil ainda  
141 continua sem uma lei propriamente dita. Destacou que o CNTE encontra-se na colaboração da  
142 construção do plano de educação. O Convidado Sergio Suyama (PGR) destacou que, em  
143 relação à união estável, o STF vai julgar a questão ainda esse ano. Foram dados alguns  
144 encaminhamentos das demandas legislativas: em relação à questão à manifestação do  
145 Conselho contra as falas homofóbicas do Deputado Bolsonaro, ficou definido a elaboração de  
146 uma Nota, o Conselheiro Suplente Vinicius Alves (ABGLT) e a Conselheira Marinalva  
147 Ribeiro (LBL) ficaram responsáveis pela elaboração da minuta da Nota. O Convidado Sergio  
148 Suyama (PGR) destacou que a PGR possa incitar o Deputado na questão do racismo.

149 **Formação do Grupo de Trabalho “Regimento Interno” e da representação nas Câmaras**  
150 **Técnicas.** Após o almoço, foi iniciada a reunião pelo Presidente do CNCD/LGBT,  
151 Conselheiro Ramaís de Castro. Foi sugerido aos representantes da sociedade civil e do poder  
152 público que se dividissem para elencarem quais Câmaras Técnicas Permanentes eles  
153 comporiam. Após discussões internas dos membros da Sociedade Civil e do Poder Público, o  
154 Presidente do CNCD/LGBT Ramaís de Castro reabre a sessão convidando os Conselheiros e  
155 as Conselheiras a se posicionarem em seus lugares. Nesse momento, a pauta da reunião foi  
156 interrompida para a nomeação das Conselheiras e dos Conselheiros pela Ministra-Chefe da  
157 SDH. A Ministra dentre outras falas, destacou “dos conselhos, comitês, comissões de trabalho  
158 que a SDH tem responsabilidade de apoiar, secretariar e desenvolver, o LGBT acaba sendo  
159 até pela posse no dia de hoje o mais jovem, o mais novo. Mas, uma das maiores vitórias.  
160 Porque é uma vitória que nós queremos que não se mantenha entre nós senhores conselheiros  
161 e conselheiras, mas que perpassasse todas as políticas, todas as iniciativas do Poder Executivo do  
162 Poder Legislativo e do Poder Judiciário que tem sido tomadas em grau e profundidade  
163 diferenciado, ainda que num país com grandes contradições, como é importante que possamos  
164 sublinhar as iniciativas e as vitórias que essa causa tem obtido no Poder Judiciário brasileiro.

165 Mesmo que existam insuficiências, a maior parte das decisões pelos senhores juízes, senhoras  
166 juízas, desembargadoras, tem sido no sentido de assegurar direitos e igualdade de fato a todos  
167 os brasileiros e brasileiras independentemente da orientação sexual. Mas, se analisarmos, por  
168 exemplo, o Poder Legislativo, certamente que nós temos uma grande caminhada para  
169 continuarmos desenvolvendo, e esse conselho empossado será parceiro significativo, forte, da  
170 frente parlamentar que ontem mais uma vez foi reestruturada e reempossada na Câmara dos  
171 Deputados e o Senado Federal” (*a integra da fala da Ministra segue no anexo*). Após a fala  
172 da Ministra Maria do Rosário e da nomeação dos Conselheiros e Conselheiras, a pauta foi  
173 retomada. O Presidente Ramaís de Castro questionou sobre como os membros se dividiriam  
174 nas Câmaras Técnicas Permanentes, resultando na seguinte composição: **1) Câmara Técnica**  
175 **Permanente de Articulação Institucional, Planejamento, Orçamento e Monitoramento**  
176 **do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos para LGBT: Poder**  
177 **Público** – MEC, SPM, MPOG, SEPPIR, MRE; *Sociedade Civil* - ANTRA, ABL, ABGLT,  
178 Rede Afro, CUT; **2) Câmara Técnica Permanente de Legislação e Normas: Poder Público**  
179 – CC/PR, MPS, MJ, SDH, SG/PR; *Sociedade Civil* – CNTE, ABGLT, LBL, AJUFE, E-  
180 JOVEM; **3) Câmara Técnica Permanente de Monitoramento, Prevenção e Combate da**  
181 **Violência Contra a População LGBT: Poder Público** – MTUR, MTE, MDS, MS, MINC;  
182 *Sociedade Civil* - ANTRA, ABGLT, CMP, CFP, ABEH. Decidiu-se também que o Grupo de  
183 Trabalho do “**Regimento Interno**” fará parte da **Câmara Técnica de Legislação e Normas** e  
184 terá a mesma composição. Acordou-se também que os suplentes poderão participar como  
185 observadores, no entanto, sem direito à passagens e diárias. Os representantes convidados da  
186 Procuradoria Geral da República terão assentos, com direito a voz de acordo com o Decreto,  
187 na Câmara de Legislação e Normas e na de Monitoramento, Prevenção e Combate da  
188 Violência Contra a População LGBT. Os Ministérios podem participar de mais de uma  
189 Câmara Técnica Permanente, no entanto, só terão assento, com direito a voz e voto, em  
190 apenas uma. A Conselheira Marinalva Ribeiro (LBL) e o Conselheiro suplente Carlos Hugo  
191 Suarez (MJ) sugeriram que as instituições sejam as representantes das Câmaras Técnicas,  
192 podendo a representação ficar a critério da instituição, não precisando ser necessariamente  
193 Conselheiro. O Conselheiro Toni Reis (ABGLT) sugeriu que não se decida dessa forma a  
194 composição das Câmaras nesse momento, mas que se amadureça a discussão. A Vice-  
195 Presidenta Irina Bacci (ABL) gostaria que todos verificassem no Regimento Interno  
196 Provisório que determina a forma de representação e quantidade de Conselheiros por Câmara  
197 Técnica. O Presidente Ramaís de Castro Silveira (SDH) sugeriu que essa questão da  
198 representação dos membros das Câmaras Técnicas possa ser revista na elaboração do  
199 Regimento Interno. A Conselheira Marinalva Ribeiro (LBL), acompanhada pela Conselheira  
200 Luciana Mandelli, (SPM) sugeriu que essa discussão pudesse ser debatida na próxima

201 reunião, e principalmente que esse debate contribua na elaboração do próximo Regimento  
202 Interno. O Conselheiro Toni Reis (ABGLT) destacou que, quando se toma um  
203 posicionamento, não se pode retornar a discutir uma decisão já tomada e sugere que seja  
204 mantida a formação das Câmaras Técnicas. O Presidente Ramaís de Castro Silveira consultou  
205 ao Plenário que a composição das Câmaras Técnicas seja provisória da forma como sugerida  
206 pelos Conselheiros e Conselheiras. Após aprovação pelo Plenário, o Presidente encaminhou  
207 que seja mantida a composição proposta e que, posteriormente, o membros possam rever a  
208 formação das Câmaras Técnicas. **II Conferência Nacional LGBT.** O Secretário Executivo  
209 Igo Martini fez a leitura da relação de Conferências Nacionais previstas pelo Governo Federal  
210 para ocorrerem em 2011. Após se passou a palavra aos Conselheiros e Conselheiras. O  
211 Conselheiro Toni Reis (ABGLT) propôs que sejam avaliadas as propostas aprovadas na  
212 primeira Conferência com cada Ministério, para poder avaliar: quais foram executadas, o  
213 quanto se investiu, como executou e quando não executou, explicitando os motivos. Destaca  
214 que outro tema que considera importante estar no contexto da Conferência é o combate à  
215 miséria, com olhar mais atento à situação de travestis e transexuais, na qual o problema é  
216 ainda mais grave. Após sua exposição, sugeriu o seguinte tema sugerido: "País rico é um país  
217 sem pobreza e sem discriminação, promovendo a inclusão LGBT". O Conselheiro suplente  
218 Julian Rodrigues (ABGLT) informou que a primeira Conferência foi um marco importante  
219 para a causa LGBT, pois o Governo naquele momento assumiu aquele compromisso.  
220 Destacou que a próxima Conferência não pode ser menor nem menos representativa e que um  
221 dos produtos da segunda Conferência deve ser a política pública instituída pelos Estados e  
222 Municípios. Ressaltou ainda que uma das discussões deve ser o pacto federativo e que se deve  
223 realizar uma avaliação e um balanço do Plano Nacional LGBT, das ações aprovadas nos  
224 Estados e Municípios, levando em consideração a discussão da periodicidade. A Conselheira  
225 Janaina Oliveira (Rede de Negras e Negros LGBT) propôs que na avaliação da I Conferência  
226 seja verificada a questão de gênero, a questão étnico/racial, atentando para a discussão das  
227 regionalidades por Estado. O Conselheiro Carlos Alves (CMP) discordou do Conselheiro  
228 Toni Reis no que diz respeito à ausência de novas propostas para se tratar na Conferência,  
229 uma vez que somente temos que fazer um balanço da Conferência anterior. Acrescentou que  
230 concorda com o Conselheiro suplente Julian que afirmou que a análise deve ser feita a partir  
231 das políticas dos Estados e Municípios. Concordou também com a temática sobre a pobreza e  
232 sugeriu que haja subtemas como: emprego, trabalho, saúde e sistema de proteção para a  
233 população LGBT. A Conselheira suplente Lidiane Gonçalves (SDH) relatou como foi a  
234 reunião com a Secretaria-Geral da Presidência da República sobre as 16 Conferências  
235 previstas para 2011, quando apresentaram panoramas e problematizações, e sugeriu que o  
236 Plenário já poderia definir sugestão de datas para a realização da Conferência, visando

237 verificar, o quanto antes, a disponibilidade dos hotéis e locais para o evento em Brasília.  
238 Também problematizou sobre o tema sugerido que envolveria a questão da pobreza e  
239 questionou sobre que viés se daria o tratamento desse tema. O Conselheiro Celso Tondin  
240 (CFP) destacou que considera sério o descompromisso dos governos estaduais e municipais  
241 em relação às políticas públicas para a população LGBT e deu como exemplo a política de  
242 saúde mental. Ressaltou que concorda que o tema envolvendo a questão da pobreza é  
243 relevante para a Conferência, mas que se deve consultar melhor as visões de sua instituição  
244 em relação ao tema, ressaltando a importância de concluir toda a pauta da II Conferência  
245 nessa reunião do Conselho, por conta de toda a articulação que deve ser feita para a sua  
246 realização. A Conselheira Marinalva Santana (LBL) destacou que outras Conferências são  
247 mais prioritárias para o Governo, uma vez que ainda não convocaram a II Conferência LGBT,  
248 em detrimento de outras Conferências que já foram convocadas. O Conselheiro Zezinho  
249 Prado (CNTE) destacou que dá pra se discutir o tema, mas a data deve ser mais bem pensada,  
250 uma vez que acredita que nenhuma das datas apresentadas são possíveis e sugeriu que seja  
251 realizada em janeiro de 2012. O Convidado Gustavo Bernardes (SDH) destacou que o atraso  
252 do decreto de convocação da II Conferência se deu porque a SDH quis colocar em pauta as  
253 deliberações feitas nesta reunião do CNCD/LGBT. Sugeriu que o Conselho defina duas datas  
254 possíveis para a realização da Conferência e que também seja adotada, como metodologia da  
255 II Conferência, a metodologia de Conferências Livres. A Vice-Presidenta Irina Bacci (ABL)  
256 ressaltou que a pauta foi enviada no dia 25 de fevereiro e que é importante que os  
257 Conselheiros e Conselheiras já amadureçam, as discussões em torno da pauta proposta, com  
258 suas redes, e os apontamentos que serão apresentados na reunião. Destacou que concorda com  
259 a Conselheira Marinalva Santana (LBL) em relação à pressa de que se tem em resolver as  
260 desigualdades sofridas pela população LGBT e considera que é importante o debate, contudo  
261 que se deve concluir as questões da II Conferência nessa reunião. A Conselheira Lohren  
262 Beauty (Grupo E-jovem) destacou que tem uma prioridade, tanto na Conferência como no  
263 Conselho, que é tratar de políticas para adolescentes LGBT. O Conselheiro Carlos Alves  
264 (CMP) ressaltou que o preconceito é pior para os negros LGBT, as travestis, as lésbicas, e que  
265 nem todos os LGBT são ricos ou de classe média. O Conselheiro Toni Reis (ABGLT)  
266 referendou que o combate à pobreza deve ser discutido na Conferência. Sugeriu então o  
267 seguinte tema: Por um país livre da pobreza e da discriminação: promovendo a cidadania  
268 LGBT. A Conselheira Chopelly Glaudstone (ANTRA) concordou com o tema sugerido pelo  
269 Conselheiro Toni Reis (ABGLT). O Conselheiro suplente Julian (ABGLT) sugeriu que seja  
270 inserido, no texto base, a questão dos subtítulos, conforme sugeriu o Conselheiro Carlos  
271 Alves (CMP) e que, além disso, deverão ser convocadas as Conferências estaduais e  
272 municipais ao menos em capitais. Destacou que é possível fazer em todas as capitais, tendo



273 um panorama mais consistente das políticas públicas. A Conselheira Janaina Oliveira (Rede  
274 de Negras e Negros LGBT) destacou que seria melhor encaminhar, destacando que a pobreza  
275 tem cara e tem cor. **Nota Pública:** A Vice-Presidenta Irina Bacci (ABL) encaminhou que um  
276 grupo analisasse a proposta do Decreto da Conferência fora do Plenário, para finalizar os  
277 trabalhos do dia, o que foi acatado por todos e todas. Antes da aprovação do Decreto, o  
278 Conselheiro suplente Vinicius Alves (ABGLT) apresentou a proposta de Nota Pública de  
279 Repúdio às Declarações do Deputado Federal Jair Bolsonaro. Após ajustes na forma e no  
280 conteúdo da Nota Pública, o Plenário aprovou por consenso. **Minuta de convocação da II**  
281 **Conferência Nacional LGBT:** Passou a análise da minuta do Decreto da Conferência. Após  
282 a leitura de todas Conselheiras e todos Conselheiros da minuta, foi colocado em votação a  
283 data de 15 a 18 de dezembro de 2011 para a realização da II Conferência LGBT, o que foi  
284 aprovado por unanimidade pelo Plenário e com uma abstenção da Conselheira Jovanna Baby  
285 (ANTRA). Após alguns ajustes formais e legais, a minuta do Decreto de convocação da II  
286 Conferência, foi aprovada por unanimidade. *FINDA-SE O PRIMEIRO DIA. Projeto “Escola*  
287 *sem Homofobia”.* O Presidente Ramaís de Castro (SDH) deu início ao segundo dia da  
288 primeira Reunião Ordinária do CNCD/LGBT. Passou ao item da pauta referente ao Projeto  
289 “Escola sem Homofobia” do Ministério da Educação. Passou a palavra a Conselheira Misiara  
290 Oliveira (MEC) para sua apresentação do projeto. A Conselheira Misiara Oliveira (MEC)  
291 agradeceu a todos pela oportunidade e iniciou sua apresentação. Após a apresentação, na qual  
292 detalhou aspectos do projeto elaborado pelo MEC, a Conselheira ressaltou que esse projeto  
293 está vinculado à questão da formação de professores. Destacou que a própria apresentação  
294 demonstra o comprometimento com a temática e que se possa permitir as escolas uma  
295 reflexão sobre o tema da homossexualidade, que esta presente nas escolas. Pretende-se  
296 ressignificar as concepções dos educadores e professores em uma perspectiva de garantia dos  
297 direitos humanos. O Convidado Sergio Suyama (PGR) destacou a audiência pública que será  
298 realizada em maio pela Procuradoria Geral para discussão desse tema. Questionou quantos  
299 kits serão distribuídos, qual é o alcance desses kits, seu conteúdo, e se já foi publicada a  
300 pesquisa realizada em relação ao tema. Questionou também como está sendo feita a  
301 articulação com outros programas. O Conselheiro Toni Reis (ABGLT) destacou que existem  
302 em torno de oito pesquisas que relatam que 40% dos estudantes não querem estudar com  
303 colegas gays e 60% dos professores não sabem lidar com essa situação. Destacou também a  
304 necessidade de implantação de todos os planos e todos os programas voltados para a defesa e  
305 promoção dos direitos LGBT, pedindo inclusive a solidariedade do MEC para que esse  
306 material chegue o quanto antes às escolas. O Conselheiro Marcos Freire (CUT) afirmou que,  
307 no campo do trabalho, a discriminação é correlacionada e tem sua origem na questão da  
308 educação. O Conselheiro Leandro Colling (ABEH) gostaria de ressaltar que o movimento

309 ataca mais as questões legais, em contrapartida de atacar as questões culturais. Questionou se,  
310 na pesquisa realizada, foi envolvido os heterossexuais nessas discussões. Destacou também  
311 que a idéia de que o kit induz a homossexualidade deve ser combatida. A Conselheira Misiara  
312 Oliveira (MEC) respondeu ao Convidado Sergio Suyama (PGR) que a preocupação do MEC  
313 é que o projeto trate de um conteúdo técnico e ressaltou que todos os materiais passam por  
314 pareceres técnicos de especialistas. Alertou ainda que os Kits não foram distribuídos, uma vez  
315 que ainda estão inconclusos. Em relação à questão do alcance, destacou que ainda não tem  
316 essa definição. A regra geral da distribuição do material do MEC é que seja primeiramente  
317 encaminhado às Secretarias de Estado e dos Municípios. O material foi abordado para realizar  
318 a discussão como um todo, não havendo uma repartição entre o público que visa atingir. O  
319 Conselheiro Celso Tondim (CFP) leu o parecer do CFP sobre o projeto Escola Sem  
320 Homofobia. Ressaltou: “Assim como a legitimidade e experiência das entidades  
321 organizadoras para a implantação de políticas públicas em relação à defesa da cidadania  
322 LGBT, o CFP elaborou parecer técnico favorável à distribuição e execução continuada do  
323 material, com vistas a instrumentalizar e qualificar debate público. O CFP reafirma o  
324 posicionamento político, ético, científico e técnico voltado aos direitos humanos e à  
325 diversidade sexual, já celebradas na Resolução do Conselho Federal de Psicologia nº1 de 99,  
326 assim como a defesa de políticas de educação inclusiva”. A Conselheira Yone Lindgren  
327 (ABGLT) propôs que se realizasse proposta de Moção do CNCD/LGBT favorável ao  
328 programa do MEC. O Presidente do CNCD/LGBT Ramaís de Castro Silveira passou a  
329 palavra a Sra. Rosiléia Wille, do Ministério da Educação, para comentar mais sobre o tema. A  
330 Sra. Rosileia Wille agradeceu o convite e destacou que esse projeto é uma das diversas ações  
331 do MEC voltadas para o combate à homofobia. Destacou também diversos outros programas  
332 e ações do MEC voltadas para a questão da promoção e defesa dos direitos dos homossexuais.  
333 Solicitou o apoio do Conselho para que possa incentivar as iniciativas do MEC e a  
334 importância da sociedade civil nesse processo de reeducação nas escolas. Após os debates,  
335 foram sugeridos os seguintes encaminhamentos: a Vice-Presidenta Irina Bacci sugeriu que se  
336 colocasse na pauta da terceira reunião do CNCD/LGBT o projeto Saúde e Prevenção nas  
337 Escolas, do Ministério da Saúde. O Convidado Sérgio Suyama (PGR) sugeriu que o  
338 CNCD/LGBT apóie o projeto Escola Sem Homofobia e controle as políticas executadas pelo  
339 Governo. Ainda sugeriu que a moção proposta do Conselho de apoio ao Projeto seja mais  
340 precisa e objetiva. Também sugeriu que o MEC e o Ministério da Saúde façam uma prestação  
341 de contas contendo o orçamento, número de educadores alcançados e o número de matérias  
342 feitos, entre outras questões sobre projetos de sensibilização nas escolas. Ressaltou ainda a  
343 importância de um dos conselheiros do CNCD/LGBT possa acompanhar o processo de  
344 elaboração das diretrizes da educação citada pela Sra Rosilea Wille, além de disponibilizar

345 um kit do MEC aos membros do Conselho. O Conselheiro Francisco Brito (MDS) sugeriu  
346 que todos os Ministérios façam uma prestação de contas, relatem suas políticas, pois esses  
347 conteúdos podem dar uma boa colaboração ao texto da Conferência. O Conselheiro Carlos  
348 Alves (CMP) sugeriu que o MEC atue, além do projeto Escola Sem Homofobia, também nas  
349 universidades. O Conselheiro Marcos Freire (CUT) sugeriu que, nas próximas reuniões,  
350 outros Ministérios apresentem também o que tem realizado sobre o tema da promoção dos  
351 direitos LGBT. A Conselheira Irina Bacci (ABL) destacou que as apresentações e demais  
352 documentos apresentados estarão disponíveis no site e que não considera ser uma função do  
353 CNCD/LGBT realizar pareceres, mas sim Moções, Notas, Resoluções, e que a Secretaria  
354 Executiva do Conselho articule com os demais Ministérios para que estes apresentem os  
355 temas ao Conselho. Foi apresentada a Moção de apoio ao Projeto Escola Sem Homofobia, que  
356 foi aprovado por todos os presentes, com abstenção apenas do MEC. Também foi  
357 encaminhado que, na próxima reunião do CNCD/LGBT, o MEC faça a prestação de contas  
358 dos programas e planos de ação para o futuro. O Presidente Ramaís de Castro (SDH) sugeriu  
359 que o tema seja tratado na respectiva Câmara Técnica. O Conselheiro Toni Reis (ABGLT)  
360 pede que todos os Conselheiros tenham uma cópia do Plano Nacional LGBT, já que nem  
361 todos o têm, e também sugere que o Ministério do Trabalho e Emprego seja o primeiro a se  
362 apresentar. Sobre a entrega dos kits aos conselheiros e às conselheiras, o Presidente sugeriu  
363 que assim que o material for aprovado pelo MEC, ele seja avaliado pelo Conselho. Sobre  
364 cronograma de debate de diretrizes da educação, será disponibilizado toda a agenda para  
365 acompanhamento do conselho. **INTERVALO ALMOÇO.** A Vice-Presidenta Irina Bacci  
366 (ABL) deu início à reunião no período da tarde. Solicitou jarras de água e copos de vidro para  
367 as Conselheiras e os Conselheiros, mesas com melhores condições de acesso e cadeiras  
368 especiais para as pessoas que solicitarem. Também solicitou uma forma de transmissão da  
369 reunião para pessoas com deficiência auditiva. Essa solicitação foi reiterada pela Conselheira  
370 Yone Lindgren (ABL), bem como pelos demais Conselheiros presentes. O Conselheiro  
371 Marcelo Veiga (MJ) solicitou a sua participação na Câmara Técnica de Leis e Normas e  
372 destacou a importância da participação de Ministros e Secretários nas reuniões. A Vice-  
373 Presidenta Irina Bacci (ABL) passou o cronograma das futuras reuniões do CNCD/LGBT  
374 para aprovação por parte dos Conselheiros e das Conselheiras. O Secretário Executivo Igo  
375 Martini fez leitura da resolução do cronograma. Após diversas discussões em relação às datas  
376 propostas, foi colocada em votação o seguinte cronograma, que foi aprovado por todos e  
377 todas. Para a reunião de maio/2011, ficou estipuladas as datas de 19 e 20 de maio. Para  
378 junho/2011, ficou estipulado os dias dia 21 e 22 em São Paulo. Para agosto/2011, ficou  
379 estipulado a de 08 e 09 de agosto. O Conselheiro Zezinho (CNTE) ressaltou que, na última  
380 reunião de novembro, feche um calendário para o ano de 2012. Para setembro/2011, ficou

381 estipulado dias 22 e 23, e para novembro, dias 8 e 9. A proposta de resolução com o  
382 cronograma das datas foi aprovada pelo Plenário. **II Conferência LGBT.** Retornou-se ao  
383 item II Conferência para conclusão. A Secretaria Executiva do CNCD/LGBT solicitou que as  
384 reuniões das Comissões Temáticas da Conferência sejam próximas às vésperas das reuniões  
385 do Conselho. A Vice-Presidenta Irina Bacci (ABL) destacou que o Conselho é o fórum nato  
386 para a organização da Conferência e propôs que na divisão dos Conselheiros nas Comissões  
387 Temáticas, cada um se inscreva em uma Comissão de maior afinidade, num total de 6 pessoas  
388 por comissão. A Conselheira Marinalva Ribeiro (LBL) questionou se a vaga nas Comissões  
389 são para as pessoas ou para as instituições, o que foi respondido que é a vaga é por  
390 Conselheiro nomeados pela Portaria. A Conselheira Luciana Mandelli (SPM) concordou com  
391 a divisão das Comissões, mas alertou que é preciso ter uma pessoa que acompanhe o trabalho  
392 como um todo. O Conselheiro Toni Reis (ABGLT) concordou com a divisão de Comissões,  
393 com quatro horas reservada das reuniões do CNCD/LGBT para discutir sobre Conferência, e  
394 sugeriu que a Comissão Executiva seja feita pela SDH e coordenada pela mesa diretora do  
395 Conselho: Presidente, Vice Presidenta e Secretário Executivo. A participação do Fórum de  
396 Gestores foi aprovada pelo Plenário, uma vez que as reuniões do Conselho são abertas. Os  
397 gestores participarão apenas como observadores da reunião do Plenário do CNCD/LGBT e  
398 deverão custear todas as suas despesas. As decisões, todavia, ficam restritas ao Plenário do  
399 CNCD/LGBT, onde apenas Conselheiros e Conselheiras têm direito a voto e voz. Entende-se  
400 por fórum de gestores os gestores nomeados e que estão ligados às coordenações estaduais e  
401 municipais de políticas para LGBT e aos centros de referência. Ficou decidido que as  
402 Comissões Temáticas serão compostas apenas por oito membros, sendo quatro da sociedade  
403 civil e quatro do poder público. Ficaram assim distribuídas as Comissões Temáticas: 1)  
404 Comissão de Mobilização: Poder Público – MS, MTUR, SG/PR, SEPIR; Sociedade Civil –  
405 CUT, ANTRA, ABGLT, CMP, CNTE. E-JOVEM; 2) Comissão Temática: Poder Público –  
406 MEC, MDS, MRE, MTE, MJ, CC/PR; Sociedade Civil - Rede Afro, ABGLT, LBL, ABL,  
407 AJUFE; Comissão de Comunicação: Poder Público – SDH, MINC; Sociedade Civil –  
408 ABGLT, ABEH, CFP, ANTRA. **Informes.** O Conselheiro Toni Reis (ABGLT) passou os  
409 seguintes informes: a) dia 17 de maio haverá a Marcha contra a Homofobia. b) A ABGLT já  
410 estará formalizando na próxima semana pedido de audiência com todos os Ministros. c) No  
411 dia 28, 29, 30, 1º e 2 de novembro, haverá o 4º Congresso da ABGLT, que ocorrerá em Belo  
412 Horizonte/MG, e solicita apoio dos Ministérios. O Conselheiro Carlos Alves (CMP) informou  
413 que no dia 7 de abril, dia mundial da saúde, no Rio de Janeiro, realizar-se-á um grande ato em  
414 defesa da saúde. O Conselheiro Marcos Freire (CUT) comentou sobre as atividades que a  
415 Central Única dos Trabalhadores está fazendo na questão LGBT. O Convidado Gustavo  
416 Bernardes (SDH) destacou que a apresentação da Coordenação-Geral LGBT e o andamento

417 do Disque 100 serão realizados na próxima reunião do Conselho. **Encerramento.** Os pontos  
418 da pauta não vencidos serão pautados na próxima reunião. A Vice-Presidenta Irina Bacci  
419 (ABL) encerrou a reunião às 17 horas. Deste modo, subscreve esta.